



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR

2024-2028

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	3
DO DIAGNÓSTICO SOCIAL AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	5
Finalidade	5
Estratégias	6
OS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS, AS SINERGIAS LOCAIS E OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES	7
Referenciais estratégicos ao nível supranacional.....	7
Referenciais estratégicos ao nível nacional e supramunicipal	8
As Sinergias Locais	9
Os Princípios Orientadores	10
METODOLOGIA A IMPLEMENTAR.....	11
A Participação como um procedimento valorativo do processo de Desenvolvimento Social ..	11
O Sistema de Informação Local na dinamização de parcerias.....	13
APRESENTAÇÃO DOS EIXOS E DAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	14
AVALIAÇÃO	23
Especificidades.....	23
Métodos utilizados	23
Vantagens e precauções a considerar	23
Momentos e tipos de avaliação	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
APÊNDICE – GRELHAS ANALÍTICAS PARA AVALIAÇÃO DO PDS	27
Grelha para avaliação formativa (<i>on going</i>)	28
Grelha para avaliação final (somativa)	29

INTRODUÇÃO

A resolução do Conselho de Ministros nº. 197/97, de 18 de dezembro e regulamentada pelo DL nº. 115/2006, de 14 de junho, tem como objetivo principal fortalecer o conceito de trabalho em rede entre as instituições sociais de cada concelho, desenvolvendo um espírito de entre ajuda que se traduzisse na procura de soluções conjuntas promotoras do desenvolvimento do concelho.

Concluído que está o Diagnóstico Social do Concelho de Ponte de Sor, torna-se necessário elaborar o **Plano de Desenvolvimento Social para o triénio 2024 - 2028**.

Este documento de planeamento estratégico com a definição de objetivos que a Rede Social se propõe alcançar num período de três anos, orientado para a ação aliado a uma gestão adequada dos recursos, instrumento esse que pretende uma monitorização e avaliação de todo o processo e que tem por base o esquema seguinte, proposto pelo Programa da Rede Social:

1. Diagnóstico Social (Caraterização do concelho);
2. Definição de Eixos de Intervenção Prioritários;
3. PDS-Plano de Desenvolvimento Social;
4. Definição de Objetivos e Estratégias;
5. Elaboração do Plano de Ação Anual.

Em 2019 foi elaborado um PDS – Plano de Desenvolvimento Social do concelho, documento cujo conteúdo se encontra atualizado face às problemáticas atuais do concelho, pelo que iremos manter os mesmos eixos de intervenção, bem como os mesmos objetivos gerais, específicos e ações.

Constam ainda do documentos os Referenciais Estratégicos, as Sinergias Locais e os Princípios Orientadores - ponto em que são resumidamente apresentados os documentos de âmbito supranacional, nacional e supramunicipal que podem ser invocados para reforçar a pertinência das opções que figuram no PDS, os instrumentos de intervenção a nível local com os quais o PDS se deve articular para fomentar as sinergias possíveis, e onde, ainda, os princípios que as entidades que integram a Rede Social devem observar para que a governação seja conseguida e, por conseguinte, a intervenção bem-sucedida, a que se segue a metodologia a implementar - onde se explicita quais os procedimentos que concorrem para que seja ganha a parceria e para que os atores disponham da informação pertinente para conhecer e decidir.

O Documento contém ainda a apresentação dos Eixos Estratégicos e das Intervenções Prioritárias - onde se encontra explanadas as linhas orientadoras que enformam o PDS e encaminham a intervenção e termina com



a avaliação - ponto no qual são referidas as opções que os responsáveis pela Rede Social dispõem para realizar esta importante tarefa de efetuar um exercício reflexivo sobre a atividade que a Rede desenvolveu e qual o mérito da intervenção, para que constitua também momentos de aprendizagem.

DO DIAGNÓSTICO SOCIAL AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Conforme estabelecido na metodologia de planeamento proposta no âmbito do Programa Rede Social, o atual Plano de Desenvolvimento Social visa dar cumprimento às orientações estabelecidas no Diagnóstico Social, que proporcionou uma compreensão da realidade social do concelho através da identificação de necessidades, da indicação dos problemas prioritários e respetivas causalidades, e, ainda, sobre recursos e potencialidades locais, suscetíveis de constituírem janelas de oportunidade para o desenvolvimento social.

Este documento estruturante apresenta-se um projeto comum de mudança, que inclui os objetivos e atividades conducentes à implementação de respostas aos desafios que se colocam à Rede Social de Ponte de Sor almejando: i) a promoção do desenvolvimento social; ii) a prevenção dos riscos de pobreza e de exclusão, que atingem sobretudo, os grupos sociais mais desfavorecidos, e, iii) a atuação sobre as situações mais prementes de pobreza e exclusão social.

A concretização do PDS exige uma postura pró-ativa, colaborativa, empenhada e comprometida de todos os intervenientes e um novo tipo de parceria entre entidades envolvidas fundada na “igualdade (...), no respeito pelo conhecimento, pela identidade, pelas potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de Objetivos, à concertação das Ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território” (Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho).

O desígnio que decorre do presente Plano consiste, essencialmente, na promoção da equidade social e territorial, a qual se materializa através dos vetores que se descrevem de seguida.

Finalidade

Contribuir para a concretização dos objetivos manifestos nos planos nacionais e regionais, potenciar sinergias através da articulação com instrumentos de planeamento locais e, assumir como referencial os pressupostos do desenvolvimento sustentável. A finalidade deste plano pode ser assim enunciada: criar novas dinâmicas de cooperação/parceria para edificar um território com qualidade social.

A prossecução dessa finalidade evoca um conjunto de linhas transversais a todas as ações implementadas, nomeadamente: i) Qualidade e inovação; ii) Articulação e cooperação a vários níveis de intervenção, e iii) Sociedade da informação e do conhecimento.

Estratégias

Investir numa estratégia local de luta contra a pobreza e a exclusão social constitui um imperativo a considerar para cumprimento dos objetivos a atingir, partilhando da conceção de desenvolvimento social como móbil primordial da ação social, que propugna a educação como valor essencial, a família como instituição a preservar e a valorizar, e o emprego e a formação como pilares da inserção.

Esta estratégia abrangente funda-se nos seguintes eixos a considerar neste processo de desenvolvimento:

- Privilegiar a atuação em rede na ótica da complementaridade e da racionalização de recursos;
- Articular o conhecimento dos profissionais mediadores da mudança com o saber vivencial detido pelos destinatários da intervenção;
- Fomentar uma nova práxis, onde a cooperação entre os diferentes intervenientes baseia-se numa relação de paridade;
- Promover iniciativas com potencial a nível da produção de efeitos multiplicadores.

A Rede Social de Ponte de Sor, ao propor, através do presente Plano de Desenvolvimento Social, uma visão onde toda a comunidade se reconheça, coloca-se perante um desafio ambicioso, que não só representa um teste à maturidade democrática dos vários atores sociais, i.e. a capacidade em se comprometerem com os desígnios do concelho, abandonando velhas lógicas de atuação assentes em interesses sectoriais, como exige uma análise crítica da adequação das estratégias selecionadas, a monitorização e avaliação dos resultados obtidos, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, tendo por alvo o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território, pensado a partir do Diagnóstico Social.

OS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS, AS SINERGIAS LOCAIS E OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Enquanto instrumento orientado para o Desenvolvimento Social, o presente PDS enquadra-se e identifica-se com referenciais estratégicos adotados aos vários níveis supranacionais e supramunicipais de intervenção e, articula-se com instrumentos de intervenção a nível local, de forma a potenciar as sinergias possíveis.

A nível supranacional afirmam-se como inspiradores da intervenção local os referenciais estratégicos entre outros, o proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o proposto pela União Europeia (UE).

Referenciais estratégicos ao nível supranacional

A ONU propõe a nova agenda de ação até 2030 que inclui 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais há a destacar para enquadramento do trabalho da Rede Social os seis objetivos que constam no quadro seguinte.

Tabela 1 - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável relacionados com a pobreza

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas;8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos. |
|---|

Figura 1

Fonte: UNRIC (2019)

A União Europeia, apresentou a Estratégia 2020 que engloba metas estabelecidas para o Emprego, a Educação e a Pobreza e exclusão social.

Tabela 2 - Metas adotadas pela União Europeia na Estratégia 2020

Emprego	Garantir uma taxa de emprego de 75% na faixa etária entre os 20 e os 64 anos
Educação	Reduzir para menos de 10% a taxa de abandono escolar
	Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem de pessoas entre os 30 e os 34 anos que concluíram estudos superiores
Pobreza e exclusão social	Diminuir em, pelo menos, 20 milhões o número de pessoas em situação de risco de pobreza e exclusão social

Fonte: Comissão Europeia (2010)

Propôs, ainda, a União Europeia a Estratégia Europa 2020, também conhecida por Agenda 2020 (que substituiu a Estratégia de Lisboa), onde se encontram identificados seis desafios políticos, três prioridades, sete iniciativas emblemáticas e cinco grandes objetivos, e onze objetivos temáticos, que estão em vigor por sete anos (2014-2020).

Desta listagem é de reter como temas com os quais o PDS se identifica os seguintes objetivos temáticos:

- Envelhecimento da população (desafio político);
- Crescimento inclusivo (Prioridade);
- Agenda para Novas Competências e Empregos, e, Plataforma europeia contra a pobreza (iniciativas emblemáticas);
- Emprego, Educação, Pobreza e exclusão social (Grandes objetivos);
- Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, e promover a inclusão social e combater a pobreza (Objetivos temáticos).

Referenciais estratégicos ao nível nacional e supramunicipal

O presente instrumento articula também com os referenciais estratégicos a nível nacional, nomeadamente o programa Portugal 2020 que consiste no Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia. Este, reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), nos quais se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

O programa Portugal 2020 é constituído por 16 Programas Operacionais, dos quais quatro Programas Operacionais Temáticos no Continente e cinco Programas Operacionais Regionais também no Continente.

Dos Programas Operacionais Temáticos no Continente destaque para o Programa Inclusão Social e Emprego (PO ISE) que integra os seguintes eixos que estruturam a intervenção deste PO, a saber:

Eixo I - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;

Eixo II - Iniciativa Emprego Jovem;

Eixo III - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;

Destaque-se, ainda, o Programa Capital Humano (PO CH), que assenta nos seguintes eixos:

Eixo I - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade;

Eixo II - Reforço do ensino superior e da formação avançada;

Eixo III - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade;

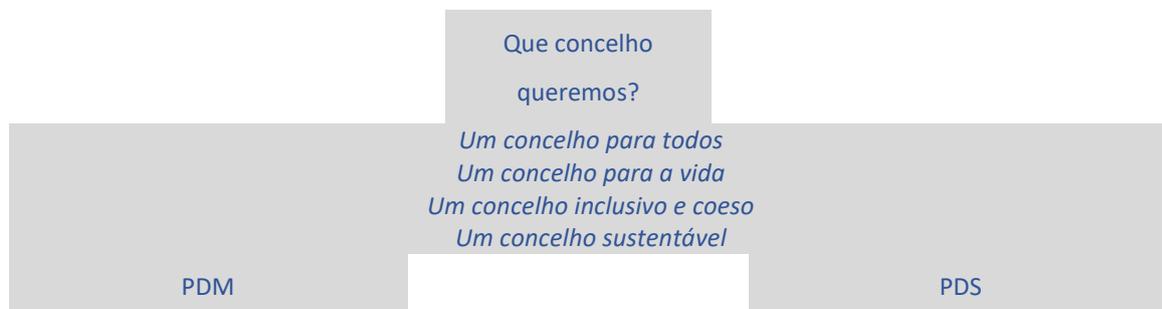
Eixo IV Qualidade e inovação do sistema de educação e formação;

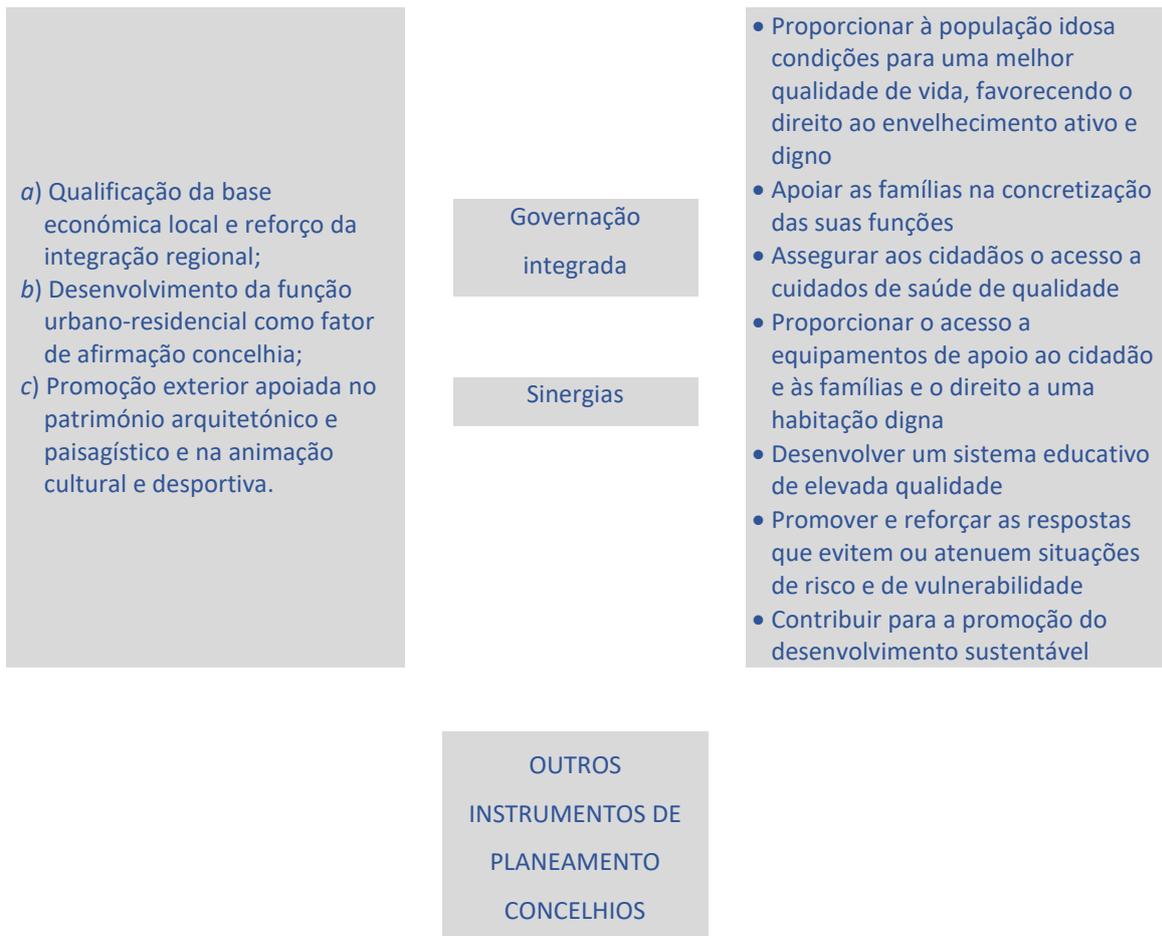
Quanto aos Programas Operacionais Regionais no Continente, refira-se o Programa Operacional do Alentejo 2014/2020 que engloba quatro Domínios Temáticos (dos quais Capital Humano e, Inclusão Social e Emprego) e dez Eixos Estratégicos (Ensino e Qualificação do Capital Humano e Coesão Social e Inclusão).

As Sinergias Locais

O PDS deverá articular-se com outros instrumentos de desenvolvimento e intervenção em vigor no concelho para que seja possível criar sinergias promotoras da inclusão social, da coesão e da equidade territorial.

Figura única – Articulação entre instrumentos de planeamento para Ponte de Sor





Fonte: elaboração própria

Trata-se de um desafio de relevante interesse para o concelho que a Rede Social terá de equacionar, acolhendo nos seus Planos de Ação a tarefa de promover a procura de uma governação integrada que potencie as sinergias que essa prática permitirá conseguir.

Os Princípios Orientadores

Um PDS bem-sucedido requer por parte das entidades integrantes da Rede Social a adesão e observância de normas estabelecidas para orientar uma ação convergente e efetiva.

O programa Rede Social estabeleceu as normas (ou princípios) norteadoras da intervenção modelada em instrumentos de planeamento, como sejam o PDS e o PA baseados no DS, e que se deve revestir-se de um carácter estruturante e estruturador.

Importa que estas qualidades reforcem o potencial existente, respondam às necessidades estabelecidas e sejam catalisadoras de processos de inovação e consolidação da intervenção nos diversos domínios do social, i. e., evidenciem os atributos da **Adequação e Sustentabilidade**.

O Plano de Desenvolvimento Social deve privilegiar a **Responsabilidade Partilhada**, desde a priorização e definição dos eixos estratégicos passando pela afetação de recursos, pela concretização e pela avaliação. Idealmente, todas as etapas do processo devem ser partilhadas por todos, levando em consideração as competências e o âmbito de ação dos diversos intervenientes.

O ponto de partida é a existência de um compromisso assumido de forma informada e consciente por todos. Importa que os Planos de Atividades de cada organização parceira contemplem objetivos e ações que concorram para a prossecução das prioridades assumidas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social. Trata-se de fomentar uma lógica de cooperação e de complementaridade da ação, focalizada nos interesses da comunidade – **Complementaridade e Coordenação Aberta**.

A **Igualdade de Oportunidades** é um princípio fundamental do Direito e uma característica do exercício duma cidadania plena e ativa. Neste sentido, a intervenção a desenvolver no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social deverá integrar mecanismos que garantam que todos os cidadãos sejam tratados da mesma forma e que tenham acesso às mesmas oportunidades.

A ideia transversal ao Plano é a de coerência externa, a nível programático, da Rede Social, apresentando-se esta como o fórum que congrega as diferentes parcerias e políticas sociais que visam a promoção do desenvolvimento social local”.

METODOLOGIA A IMPLEMENTAR

A metodologia que guia a operacionalidade da intervenção em parceria assenta nos dois seguintes vetores: a Participação e o Sistema de Informação Local.

A Participação como um procedimento valorativo do processo de Desenvolvimento Social

O Programa da Rede Social tem como finalidade concorrer para a inclusão social e coesão territorial. Elege, para tal, métodos qualitativos e participativos que tendem para a ação reformadora alicerçada no diagnóstico da situação, na definição de linhas de intervenção e respetiva operacionalização, sempre com base na interlocução entre decisores, técnicos e público-alvo.

Este processo requer a constituição de parcerias de âmbito local no combate às situações de exclusão social e evoca novas formas de pensar a ação coletiva, assentes no princípio de que o envolvimento de todos os atores sociais propenderá para a eficiência da intervenção, com base no pressuposto da rentabilização de recursos e na potenciação de sinergias.

A boa concretização do Plano implica associar a necessidade de capacitação local no tocante a metodologias de diagnóstico, de planeamento e de avaliação, com a inventariação dos fenómenos sociais e respetivas causalidades e, com a identificação de projetos que estruturam a mudança.

A constituição e o satisfatório funcionamento de parcerias, não obstante serem processos de elevada complexidade e muito morosos, evidenciam benefícios, nomeadamente:

- A partilha de informação;
- A rentabilização e redistribuição mais eficaz dos recursos;
- A validação da intervenção numa plataforma de consenso coletivo;
- A minimização do risco de ocorrência de ações sobrepostas que visam os mesmos grupos-alvo e são dinamizadas por entidades distintas;
- A capacitação local para a promoção de projetos de natureza multidimensional e sistémica.

Considera-se que a constituição de parcerias não se concretiza sem dificuldades, uma vez que nem todos os atores estão sensibilizados para a negociação coletiva e para a partilha interinstitucional de recursos, não reconhecendo os benefícios efetivos advindos do partenariado.

A consciencialização ao nível dos obstáculos que decorrem do estabelecimento de parcerias encaminha-nos para a necessidade de reposicionar o saber técnico. Assim, se, por um lado, a experiência resultante do trabalho com populações desfavorecidas, economicamente vulneráveis e com vivências resultantes de quadros de exclusão social, confere às instituições licitude na proposta de estratégias no sentido da mudança dos projetos de vida dos públicos que acompanham, por outro lado, é vital garantir a participação de todos os atores sociais, pois só deste modo não só se reduzem os riscos de insucesso das intervenções, como é provável que sejam obtidos resultados mais vantajosos para todos os intervenientes.

Importa, portanto, ter em atenção que no caso de estratégias de transferência de uma quota-parte de responsabilidade para os públicos-alvo, na conceção dos projetos que os visam, seja devidamente salvaguardada a necessidade de estes aderirem voluntária e conscientemente, o que implica que sejam convenientemente informados e se tomem em consideração as suas sugestões e observações.

Importa, assim, criar mecanismos para efetivar processos de *empowerment*, evitando que este conceito se converta num lugar-comum nos discursos dos que detêm o poder de decidir a mudança e dos que estão na primeira linha da sua execução, Neste processo, impõe-se superar as dúvidas sobre a capacitação dos distintos públicos para participarem no reconhecimento dos seus problemas e na ponderação das ações que sobre si recaem, fomentando a preparação para tal exercício, prejudicado por um passado de intervenções assistencialistas e pouco estruturantes que alimentaram a dependência face aos serviços ao inibir a autonomia, a capacidade reflexiva, o espírito empreendedor e os níveis de autoestima.

O Sistema de Informação Local na dinamização de parcerias

O sistema de informação constitui um dispositivo permanente de recolha de informação assente em dois pressupostos:

- Elaboração de uma base de dados que permita recolher e atualizar regularmente a informação sobre a situação social do concelho;
- Implementação de mecanismos de circulação de informação que permitam dar visibilidade à realidade social concelhia.

No processo de Desenvolvimento Social é expectável e desejável que este dispositivo permita atingir os seguintes objetivos:

- Apoiar o Diagnóstico Social ao facilitar o processo de recolha de informação, até aí dispersa;
- Garantir a equidade no acesso à informação por parceiros com diferentes capacidades e recursos;
- Fomentar a circulação da informação;
- Permitir a difusão dos conhecimentos produzidos e, ao mesmo tempo, dar visibilidade às boas práticas;
- Contribuir para a consolidação do CLAS, na medida em que constitui um importante fator de mobilização dos parceiros que vão participar a diferentes níveis e com diversos contributos;
- Divulgar os documentos produzidos no âmbito da Rede Social concelhia à comunidade em geral.

O Sistema de Informação Local confere, pois, visibilidade à realidade social e respetiva dinâmica evolutiva, facilitando a devolução da informação aos parceiros e à população, como forma de os sensibilizar para as questões do desenvolvimento social.

APRESENTAÇÃO DOS EIXOS E DAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS

Nas páginas seguintes são apresentados por cada um dos sete eixos estruturantes do documento: i) os objetivos, ii) os problemas / necessidades a que procuram dar resposta, iii) as ações a empreender e iv) os recursos considerados necessários para a concretização dos objetivos e as ações.

Eixo de Intervenção: 3ª idade

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
Proporcionar à população idosa condições para uma melhor qualidade de vida, favorecendo o direito ao envelhecimento ativo e digno	Favorecer a criação de novas respostas para a 3.ª Idade	Identificar e dar seguimento à inexistência de novas respostas para preencher necessidades ainda por atender.
	Melhorar a qualidade das respostas já existentes	Identificar e preencher necessidades de melhoria nas respostas em funcionamento
	Promover a autonomia, o envelhecimento ativo e a longevidade	Identificar e intervir de forma inovadora na resolução dos casos de idosos isolados e da necessidade de apoios e serviços ao domicílio desta franja da população.
		Realizar pelo menos duas iniciativas (<i>estudos, focus group</i>), que possibilitem tomar atempadamente medidas que respondam às consequências decorrentes da variação assimétrica da população idosa.

Eixo de Intervenção: Família e comunidade

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
Apoiar as famílias na concretização das suas funções	Promover competências parentais e/ou familiares Melhorar as respostas de apoio aos cuidadores informais	Melhorar as atividades e a articulação das equipas de mediação e intervenção familiar existente no terreno.
		Sensibilizar e capacitar as famílias beneficiárias de RSI para a sua inclusão social e profissional, diminuindo os fatores de risco que estão na base da pobreza.
		Criação de instrumentos de monitorização e avaliação das respostas sociais.
		Desenvolvimento de estratégias das respostas existentes às necessidades dos cuidadores informais.
		Apoiar processos de qualificação familiar, designadamente os que propiciem a informação sobre os seus direitos e deveres de cidadania, o desenvolvimento de competências dos respetivos elementos e de aconselhamento em situação de crise.

		Promover mecanismos de mediação dos conflitos familiares em articulação com as equipas que intervêm com as famílias e ou as suas crianças, que potenciem a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens.
		Realizar ações de mobilização das crianças e jovens, em especial as que pertencem a agregados de baixos rendimentos, promovendo estilos de vida saudáveis e a integração na comunidade, nomeadamente através da participação destes nos domínios: da saúde, do desporto, da cultura e da educação para uma cidadania plena.

Eixo de Intervenção: Saúde

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
Assegurar aos cidadãos o acesso a cuidados de saúde de qualidade	Diligenciar para que o concelho seja dotado dos recursos humanos, instalações e equipamentos adequados Implementar medidas que contribuam para reforçar a prevenção e melhorar a informação e o esclarecimento das populações.	Definição de instrumentos estratégicos e criação de práticas de trabalho integrado.
		Identificação das áreas de risco ao nível das necessidades de prevenção e intervenção.
		Adaptação de equipamentos e de recursos adequados à evolução sociodemográfica do concelho.
		Promover a deslocação com regularidade ao concelho (Centro de Saúde e/ou nas instituições sociais) de profissionais de saúde (Psiquiatria, Neurologia, etc.), para evitar deslocações ao exterior por parte de utentes das ERPI com quadros clínicos demenciais

Eixo de Intervenção: Equipamentos Sociais e Habitação

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
<p>Proporcionar o acesso a equipamentos de apoio ao cidadão e às famílias e o direito a uma habitação digna</p>	<p>Favorecer condições que possibilitem acesso a equipamentos de apoio por parte de cidadãos e de famílias</p> <p>Criar respostas para que cada agregado familiar aceda a uma habitação com condições de habitabilidade e ajustada ao número de elementos que o compõe</p>	<p>Adequação de equipamentos e definição de instrumentos estratégicos inerentes à evolução sociodemográfica do concelho</p>
		<p>Melhoria do sistema de monitorização das listas de espera em ERPI</p>
		<p>Recolha de informação que permita conhecer a situação de pessoas com quadros clínicos demenciais nas ERPI</p>
		<p>Desenvolvimento de estratégias de monitorização das famílias realojadas em habitação social</p>
		<p>Apoio à preparação de uma estratégia para a habitação no concelho</p>
		<p>Implementar medidas que mantenham ou aumentem níveis de utilização das infraestruturas culturais e de lazer.</p>
		<p>Diversificação das atividades desenvolvidas nas infraestruturas culturais e lazer de modo a captar novos públicos.</p>
		<p>Apoio a medidas que concorram para a expansão do Banco de Voluntariado.</p>
		<p>Implementação de estratégias de divulgação do Banco de Voluntariado</p>

Eixo de Intervenção: Educação, Formação, Qualificação, Empregabilidade e Empreendedorismo

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
<p>Promover o desenvolvimento de sistemas de educação / formação / qualificação, inovadores e de qualidade, orientados para potenciarem a empregabilidade e o empreendedorismo</p>	<p>Promover a educação / formação, a qualificação, a empregabilidade e o empreendedorismo da população</p>	<p>Capacitação e apoio para o desenvolvimento de atitudes de procura ativa de emprego</p>
		<p>Informação sobre o conteúdo e abrangência das medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção em instituições do território.</p>
		<p>Proporcionar formação para Ativos Empregados</p>
	<p>Contribuir para a promoção de um sistema de gestão escolar que vise o aumento e a qualidade das respostas educativas e formativas</p>	<p>Apoio ao enquadramento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo nos diferentes programas e instrumentos de apoio, promovendo o encaminhamento dos interessados para o apoio técnico.</p>
		<p>Informação e encaminhamento para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades públicas ou privadas.</p>
		<p>Sensibilização de empresários, de instituições e de entidades empregadoras locais, para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional e social.</p>
		<p>Contributo para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, no sentido de desenvolver ações de favorecimento da integração profissional.</p>
		<p>Desenvolvimento de ações que estimulem as capacidades empreendedoras dos alunos do ensino secundário, numa perspectiva de reforço da iniciativa, da inovação, da criatividade, do gosto pelo risco e que constituam uma primeira abordagem à atividade empresarial.</p>

continua

Eixo de Intervenção: Educação, Formação, Qualificação, Empregabilidade e Empreendedorismo

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
<p>Promover o desenvolvimento de sistemas de educação / formação / qualificação, inovadores e de qualidade, orientados para potenciarem a empregabilidade e o empreendedorismo</p>	<p>Promover a educação / formação, a qualificação, a empregabilidade e o empreendedorismo da população</p> <p>Contribuir para a promoção de um sistema de gestão escolar que vise o aumento e a qualidade das respostas educativas e formativas</p>	<p>Capacitação das lideranças e dos agentes educadores para o desenvolvimento de uma escola inclusiva.</p>
		<p>Ações focadas nos alunos, que visem o seu acompanhamento individual e o seu percurso escolar e posterior integração no mercado de trabalho.</p>
		<p>Ações de mobilização das crianças e jovens, em especial as que pertencem a agregados de baixos rendimentos, promovendo estilos de vida saudáveis e a integração na comunidade, nomeadamente através da participação destes nos domínios: da saúde, do desporto, da cultura e da educação para uma cidadania plena, voluntariado e solidariedade.</p>
		<p>Desenvolver iniciativas que possibilitem adequar a oferta educativa às necessidades do mercado de trabalho.</p>
		<p>Estabelecer protocolos com instituições de ensino superior e outras, para o desenvolvimento de novas ofertas educativas</p>
		<p>Criação do Observatório da Atividade Económica e das suas necessidades no âmbito da formação contínua.</p>
		<p>Apoiar iniciativas que estimulem o empreendedorismo, a inovação e a empregabilidade.</p>
		<p>Desenvolver atividades que promovam a capacitação e valorização dos jovens que não estudam nem trabalham</p>
		<p>Promover ações de capacitação que visem a aprendizagem do Inglês e de outras línguas e outras competências de comunicação intercultural.</p>
<p>Criação do Observatório Local de Educação como forma de concretização do processo de monitorização e avaliação do sistema educativo local</p>		

Eixo de Intervenção: Pessoas em situação de risco e vulnerabilidade

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
<p>Promover e reforçar as respostas que evitem ou atenuem situações de risco e de vulnerabilidade</p>	<p>Promover a qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis da população</p>	<p>Manter e/ou reforçar medidas de apoio a crianças e jovens com processos a cargo da CPCJ de Ponte de Sor, e respetivas famílias.</p>
		<p>Aumentar o número de ações preventivas e reparadoras das situações de violência doméstica.</p>
		<p>Elaboração de um Plano de Prevenção para os Comportamentos Aditivos.</p>
		<p>Sensibilização para os riscos associados aos comportamentos (potencialmente aditivos).</p>
	<p>Promover iniciativas que contribuam para prevenir situações de risco e vulnerabilidade</p>	<p>Iniciar o processo de elaboração de um Plano Integrado de prevenção e combate aos Comportamentos Aditivos.</p>
		<p>Implementar medidas que contribuam para a diminuição do número de casos de insucesso escolar repetido</p>
		<p>Diagnosticar as necessidades dos idosos em situação de abandono e solidão e incrementar medidas que lhes deem resposta.</p>
		<p>Implementar medidas inovadoras que previnam a exclusão social e promovam a integração profissional de desempregados/as de longa duração.</p>
		<p>Reavaliar e eventualmente adequar respostas disponibilizadas às pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão.</p>
		<p>Implementar soluções socialmente inovadoras que respondam mais eficazmente a públicos afetados por carências diversas.</p>
<p>Concretizar estratégias concertadas que atenuem as desigualdades de género.</p>		

Eixo de Intervenção: Capacitação organizacional, coesão territorial e sustentabilidade estrutural

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
<p>Contribuir para a promoção da coesão socio-territorial e do desenvolvimento sustentável</p>	<p>Contribuir para a capacitação de instituições sem fins lucrativos e da Rede e, valorizar e potenciar o trabalho em rede e em parceria que promova a inclusão social e a coesão territorial</p>	<p>Promover iniciativas de divulgação e motivação para a educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável.</p>
		<p>Implementar o Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Município de Ponte de Sor.</p>
		<p>Promover iniciativas que reforcem a adesão à política dos 3Rs e ao uso eficiente da água e da energia.</p>
		<p>Contribuir para a diferenciação positiva do interior, alertando para a necessidade do reforço do valor dos acordos da Segurança Social no interior do país, de forma a que, seja assegurada a sustentabilidade das instituições prejudicada pelas baixas reformas dos idosos.</p>
		<p>Identificar medidas que contribuam para promover a coesão territorial.</p>
		<p>Integrar uma rede de transportes intra e intermunicipal que permita uma maior mobilidade das populações no território.</p>
		<p>Identificar e potenciar as sinergias que decorram da articulação entre os vários instrumentos de planeamento para o concelho.</p>
		<p>Desenvolver ferramentas de gestão e acompanhamento da atividade associativa.</p>
		<p>Identificação de oportunidades de melhoria trabalho em rede e em parceria no âmbito social.</p>
		<p>Promover iniciativas de articulação, coesão e dinâmica associativa.</p>

continua

Eixo de Intervenção: Capacitação organizacional, coesão territorial e sustentabilidade estrutural

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações
<p>Contribuir para a promoção da coesão socio-territorial e do desenvolvimento sustentável</p>	<p>Contribuir para a capacitação de instituições sem fins lucrativos e da Rede e, valorizar e potenciar o trabalho em rede e em parceria que promova a inclusão social e a coesão territorial</p>	<p>Promover iniciativas que incentivem a inovação.</p>
		<p>Desenvolvimento de mecanismos de monitorização e avaliação e controle de apoios sociais.</p>
		<p>Criar instrumentos de identificação de vulnerabilidades sociais.</p>
		<p>Promover ações inovadoras para a integração profissional da população ativa excluída do mercado de trabalho</p>
		<p>Promover a realização de iniciativas de Associações empresariais e das empresas do concelho para divulgação da produção local.</p>
		<p>Iniciar a programação de iniciativas que contribuam para um conhecimento mais aprofundado do tecido económico de Ponte de Sor.</p>
		<p>Desenvolver estratégias/atividades que promovam o conhecimento do concelho.</p>
	<p>Cooperar com as iniciativas que visem contribuir para a sustentabilidade demográfica</p>	<p>Identificar as potencialidades do concelho que são apelativas à fixação/retenção de residentes.</p> <p>Desenvolver estratégias de acolhimento a novos residentes temporários.</p>

AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo de planeamento devendo orientar-se pelo desenho do plano e ser acompanhada de mecanismos de autocontrolo que permitam aferir os resultados/efeitos da intervenção, no intuito de introduzir os ajustamentos necessários nas trajetórias que se revelarem desadequadas aos objetivos propostos.

No presente Plano de Desenvolvimento Social adota-se o modelo de **avaliação orientada para a decisão**, que consiste nas seguintes linhas gerais:

Especificidades

Sendo as finalidades e os objetivos considerados como base dos critérios de sucesso da intervenção, o que se pretende, especificamente, é: i) medir a forma e a intensidade com que determinados objetivos foram atingidos, ii) obter, sistematicamente, informações para os gestores e decisores, considerando, assim, a informação como suporte do sistema de decisão e da intervenção, e, por conseguinte, atender à pertinência dos dados a recolher.

Métodos utilizados

Recorre-se a uma grande diversidade de formas de medida, dependendo dos objetivos da avaliação, pelo que se utiliza métodos qualitativos e quantitativos de recolha de informação, e se efetiva a sistematização da informação em base de dados.

Vantagens e precauções a considerar

Como vantagens da avaliação há a referir que: i) atende às necessidades de informação de quem decide e, ii) permite estabelecer a relação entre a informação disponível e a adequação da intervenção.

Há, porém, a considerar que implica a clarificação das finalidades e dos objetivos e da relação entre as atividades e essas finalidades e esses objetivos, tendo estes últimos de ser definidos de forma mensurável, o que chama a atenção para: i) a frequente falta de clarificação dos objetivos, ii) a frequente falta de coincidência entre atividades e objetivos e, iii) a frequente diversidade de finalidades e objetivos dos vários intervenientes.

Momentos e tipos de avaliação

A avaliação do presente PDS decorrerá em três momentos.

Num primeiro momento (*ex-ante*), a avaliação será realizada antes da aprovação do PDS pelo CLAS, e ficará preferencialmente a cargo Núcleo Executivo, que utilizará para o efeito a grelha disponibilizada pelo Núcleo da Rede Social.

Num segundo momento, que deverá decorrer no decurso da vigência deste PDS, será realizada uma avaliação *on going* cuja finalidade consistirá em: i) conhecer se a intervenção está a produzir os resultados desejados e apresentar recomendações de correção, ii) analisar também os recursos no sentido de garantir a eficiência. Este momento de avaliação pode assumir a designação de avaliação formativa, visando perceber o mais cedo possível o que está a ser atingido e identificar soluções que contribuam para melhorar o processo da intervenção.

Num terceiro momento, que terá lugar quando a vigência do PDS estiver a expirar, será realizada uma avaliação final, através da qual se procura conhecer o que aconteceu, ou seja, que resultados foram alcançados como consequência da intervenção, questionando-se os motivos subjacentes a tal desfecho, e, também, como decorreu o processo, de forma a retirar as lições aprendidas que possam ser aplicadas futuramente.

A realização destes momentos de avaliação pode assumir o tipo de avaliação externa ou avaliação interna. A avaliação externa é geralmente um processo mais complexo pois envolve a contratação de um avaliador externo e implica custos, ainda que diminutos. A avaliação interna é efetuada por uma das entidades que integram a rede que deverá ter uma preparação e disponibilidade que a tarefa exige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprida mais uma etapa no processo de planeamento para o Desenvolvimento Social do concelho de Ponte de Sor, que de acordo com o Núcleo da Rede Social consistiu na elaboração de um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários (com base nos eixos de intervenção aqui considerados), tendo em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também de efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações, coloca-se seguidamente a tarefa de elaboração do Plano de Ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Comissão Europeia. (2010). *Europa 2020: Uma Estratégia Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: CE.

Núcleo Executivo da Rede Social de Ponte de Sor (s.d.). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ponte de Sor para o triénio 2008 – 2010*. Ponte de Sor: Câmara Municipal de Ponte de Sor.

Núcleo da Rede Social. (2001). *Programa Rede Social*. Lisboa: IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social.

Núcleo da Rede Social. (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social.

Rede Social de Ponte de Sor. (s.d.). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ponte de Sor para o triénio 2016 – 2018*. Ponte de Sor: Município de Ponte de Sor.

Schiefer, U., Teixeira, P., Monteiro, S. (2006). *Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativas*. Oeiras: Principia, 2006.

UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2019). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030*. Bruxelas: UNRIC.

APÊNDICE – GRELHAS ANALÍTICAS PARA AVALIAÇÃO DO PDS

Grelha para avaliação inicial (*ex-ante*)

Finalidades e orientações	Coerência Interna	Plano é coerente com o retrato traçado no diagnóstico? As linhas orientadoras propõem estratégias de mudança no sentido da resolução das necessidades que foram colocados pelo Diagnóstico? E dá resposta às necessidades prioritárias ou refere-se a outras?
	Pertinência	O Plano intervém nas variáveis estratégicas para produzir a mudança? Não haverá outras áreas ou problemáticas sobre as quais se possa intervir que produzam a mudança de forma mais eficaz?
	Justiça	As finalidades e orientações estão de acordo com a hierarquização das problemáticas identificadas? Tenta-se responder aos problemas mais graves?
	Equidade	A definição dos objetivos e finalidades tem em conta a atenuação das desigualdades? Ou pelo contrário, os objetivos traçados podem contribuir para acentuar ou criar novas desigualdades?
Recursos	Realismo	Os recursos necessários para a concretização das ações existem? A sua afetação dos mesmos às ações revela-se operacional?
	Integração	As ações preveem as fontes de financiamento possíveis? E os recursos dos parceiros (logísticos, humanos, financeiros, relacionais e políticos)? E os recursos da comunidade e das pessoas e famílias alvo de intervenção?

Fonte: Núcleo da Rede Social (2002)

Grelha para avaliação formativa (*on going*)

Uma das opções a considerar é a que se explana abaixo e que consiste num exercício de autoavaliação de fácil aplicação.

Realização	Adesão	<p>As pessoas e organizações a quem são destinadas as ações estão a aderir a elas?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se sim, o que se deve fazer para melhorar ou manter essa adesão? • Se não, o que se tem de melhorar na segunda metade de execução do plano?
	Eficiência	<p>Os resultados estão a ser atingidos respeitando os recursos previstos e a sua melhor utilização?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se sim, o que se deve preservar para melhorar ou manter esse nível de eficiência? • Se não, o que se tem de melhorar na segunda metade de execução do plano?
	Eficácia	<p>Os objetivos estabelecidos estão a ser conseguidos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se sim, o que se deve preservar para melhorar ou manter esse desempenho? • Se não, o que se tem de melhorar na segunda metade de execução do plano?

Fonte: Adaptado de Núcleo da Rede Social (2002)

Grelha para avaliação final (somativa)

Uma das opções para se realizar uma autoavaliação sucinta é a que se apresenta seguidamente.

Realização	Adesão	<p>As pessoas e organizações a quem eram destinadas as ações aderiram a elas?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se sim, o que se deve preservar futuramente para melhorar ou manter essa adesão? • Se não, o que se tem de melhorar na próxima edição do PDS?
	Eficiência	<p>Os resultados esperados foram atingidos respeitando os recursos previstos e a sua melhor utilização?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se sim, o que se deve preservar futuramente para melhorar ou manter esse nível de eficiência? • Se não, o que se tem de melhorar na próxima edição do PDS?
	Eficácia	<p>Os objetivos estabelecidos foram conseguidos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se sim, o que se deve preservar futuramente para melhorar ou manter esse desempenho? • Se não, o que se tem de melhorar na próxima edição do PDS?

Fonte: Adaptado de Núcleo da Rede Social (2002)